

JULCIRA MARIA DE MELLO VIANNA LISBOA
Coordenadora e Organizadora

CLAUDIA CRISTINA DOS SANTOS ABROSIO
Organizadora

**EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO
TRIBUTÁRIA
NA TEORIA E NA PRÁTICA
UMA VISÃO MULTIDISCIPLINAR**

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2021
quartierlatin@quartierlatin.art.br

**JULCIRA MARIA DE MELLO VIANNA LISBOA (COORD.) (ORG.)
CLAUDIA CRISTINA DOS SANTOS ABROSIO (ORG.)**

*Extinção da Obrigação Tributária na Teoria e na Prática:
Uma Visão Multidisciplinar*

São Paulo: Quartier Latin, 2021.

ISBN 978-65-5575-089-8

1. Direito Tributário. 2. Direito Constitucional Tributário. 3. Obrigação Tributária.
4. Extinção. 5. Crédito Tributário. 6. Pagamento. 7. Compensação. I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone/*Whatsapp*: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Introdução	13
------------------	----

I. Extinção do Crédito Tributário: Uma Breve Reflexão sob a Ótica do Direito Civil, 15

Maria Helena Diniz

Nota da Autora.....	15
1. Noção de Obrigação	15
2. Obrigação Tributária: Um Esboço	16
3. Causas Extintivas da Relação Jurídica Tributária.....	18
4. Pagamento do Crédito Tributário.....	23
5. Considerações Finais	28
Referências	29

II. Considerações sobre o Pagamento Tributário. Questões Conexas, 31

Roque Antonio Carrazza

Introdução	31
1. O Pagamento como Causa Extintiva por Excelência de Tributos.....	32
2. O Pagamento Indevido, a Repetição do Indébito e a Compensação, como Modo de Realizá-la	38
3. Da Imputação de Pagamento, em Matéria Tributária.....	46
3.1. Generalidades	46
3.2. Dos requisitos da imputação de pagamento, em face do art. 163, do CTN.....	47
3.3. O Código Tributário Nacional e a imputação de pagamento.....	49
4. O Pagamento do ICMS-ST e a Repetição do Indébito	51
4.1. Prolegômenos	51
4.2. Fixação da base de cálculo efetiva do ICMS-ST. Delineamentos firmados pelo STF, por ocasião do julgamento do RE nº 593.849/MG ...	53
4.3. Da restituição do indébito, no âmbito do ICMS-ST	58

5. A Correção Monetária na Repetição do Indébito Tributário.....	60
Considerações Finais.....	65
Referências	69

III. O Instituto da Compensação Tributária como Meio de Extinção da Obrigação Jurídica, 71

Julcira Maria de Mello Vianna Lisboa

Claudia Cristina dos Santos Abrosio

Tatiana Tiemi Nihama

Introdução	71
1. Considerações Iniciais.....	71
2. A Compensação no Direito Tributário	74
2.1. A Interpretação do Artigo 170-A do CTN	78
2.2. O Prazo para Compensação.....	82
2.2.1. O Prazo para Pleitear a Compensação.....	82
2.2.2. O Prazo para Iniciar a Compensação do Crédito Oriundo de Decisão Judicial Transitada em Julgado	84
3. Casos Jurídicos Práticos	85
3.1. A Compensação com Créditos Oriundos da Não Cumulatividade ...	88
3.2. A Compensação como Forma de Denúncia Espontânea	91
3.3. Compensação Cruzada: Créditos ou Débitos Previdenciários	92
4. Considerações Finais	95
Referências	96

IV. Transação como Forma de Extinção da Obrigação Tributária, 99

Julcira Maria de Mello Vianna Lisboa

Rafael Marchetti Marcondes

Lauro Tércio Bezerra Câmara

Edigar Bernardo dos Santos

Introdução	99
1. Aspectos Gerais da Transação Tributária no Contexto Nacional	100

2. Autorização Nacional para Transigir Acerca de Tributos.....	102
3. Transação Tributária no Âmbito Federal	106
4. Transação Tributária no Âmbito do Estado de São Paulo	112
Considerações Finais.....	117
Referências	119

**V. Remissão e Anistia do Crédito Tributário.
Regime Jurídico Constitucional Aplicável às
Obrigações e Penalidades Tributárias, 121**

Elizabeth Nazar Carrazza

Julcira Maria de Melo Vianna

Flávio Alberto Gonçalves Galvão

Introdução	121
1. A Vinculação da Remissão e da Anistia ao Regime Jurídico Constitucional. Delimitação do Tema	122
2. Definição Conceitual da Remissão e Anistia do Crédito Tributário...	129
Considerações Finais.....	136
Referências	139

**VI. Decadência e Prescrição:
Uma Perspectiva Atual da Jurisprudência, 141**

Claudio de Abreu

Faissal Yunes Jr.

Fabiola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu

Introdução	141
1. Decadência	141
1.1. Formalização da relação jurídica e do crédito tributário.....	142
1.2. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da Decadência....	159
2. Prescrição.....	162
2.1. Limitação temporal para o exercício do direito de ação	163
1ª Hipótese: notificação do lançamento de ofício	164

2ª Hipótese: notificação do lançamento de ofício e obtenção de suspensão da exigibilidade do crédito tributário	164
3ª Hipótese: a formalização do crédito pelo sujeito passivo será o termo inicial da contagem do prazo de prescrição do Fisco.....	165
4ª Hipótese: formalização do crédito pelo sujeito passivo e obtenção de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	165
2.1.1. Prescrição Intercorrente e a Jurisprudência do STJ.....	169
Considerações Finais	172
Referências	172
Jurisprudência Selecionada Superior Tribunal de Justiça.....	173

VII. A Conversão de Depósito em Renda, 175

Faissal Yunes Jr.

Luiz Roberto Peroba Barbosa

Introdução	175
1. A Natureza Dúplice do Depósito: Prerrogativa do Contribuinte e Proteção ao Fisco.....	175
2. A Divergência entre o Valor Atualizado do Depósito e o Valor Atualizado do Débito.....	179
3. A Conversão do Depósito em Renda nos Processos Extintos sem Resolução do Mérito	184
Considerações Finais	189
Referências	190

VIII. Breves Considerações sobre o Pagamento Antecipado e a Homologação do Lançamento, 191

Isabela Bonfá de Jesus

Ana Cláudia Luján Delgadillo

Introdução	191
1. Do Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento – Art. 156, VII, do CTN	191
2. Homologação: Contagem do Prazo	195
3. Da Súmula 436 do STJ: Constituição do Crédito Tributário por Declaração.....	199

Considerações Finais.....	205
Referências	206

IX. A Ação de Consignação em Pagamento no Âmbito do Direito Tributário, 207

Thaís Helena Morando

Giancarla Coelho Naccarati Marcon

Pedro Barretto Arnaez

Introdução	207
1. Considerações Iniciais.....	207
2. Hipóteses de Cabimento	210
2.1. Recusa de recebimento do crédito tributário.....	210
2.2. Subordinação do recebimento ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ao cumprimento de dever instrumental e a exigência administrativa sem fundamento legal.....	210
2.3. Exigência, por mais de um ente político, de tributo idêntico sobre um mesmo fato imponible.....	211
3. Procedimento.....	213
4. Questões Relevantes	216
4.1. A ação de consignação em pagamento e o depósito do art. 151, Inciso II, do CTN	216
4.2. Consignação de títulos da dívida pública como meio de quitação de tributos	216
4.3. Ação de consignação em pagamento com o intuito de reconhecimento de direito a parcelamento	216
4.4. O depósito a menor e o depósito a maior no bojo da ação de consignação em pagamento	217
4.5. A possibilidade ou não de conversão em renda	218
4.6. Extinção da ação consignatória sem julgamento do mérito	218
4.7. A ação de consignação em pagamento e a repetição de indébito tributário	218
4.8. A consignação bancária.....	219
5. Considerações Finais	219
Referências	220

**X. Decisão Administrativa Irreformável, Assim
entendida a Definitiva na Órbita Administrativa,
que não mais possa ser Objeto de Ação Anulatória, 221**

Maria Leonor Leite Vieira

Tamara Ambra Giorniarvei Nannini

Enzo Miolaro

Introdução	221
1. Lançamento e Constituição do Crédito Tributário.....	222
1.1. Norma jurídica e incidência tributária	222
1.2. Lançamento e a constituição do crédito tributário.....	224
2. Processo Administrativo e a Decisão Irreformável.....	226
2.1. Modificação do lançamento tributário e a impugnação administrativa.....	226
2.2. Da impugnação judicial da decisão administrativa que importe em lesão ao patrimônio público e a posição dos tribunais superiores sobre a “definitividade” das decisões tomadas por tribunais administrativos – Portaria PGFN nº 820/2004.....	235
3. Da Extinção do Crédito Tributário pela Decisão Administrativa Irreformável e a Ausência de Interesse de Agir na Ação Anulatória.....	238
3.1. Extinção do crédito tributário – breves considerações.....	238
Considerações Finais	241
Referências	241

**XI. A Decisão Judicial Passada em Julgado como Instrumento de
Extinção do Crédito Tributário: Considerações Atuais, 243**

Julcira Maria de Mello Vianna Lisboa

Claudia Cristina dos Santos Abrosio

Mateus De Muzio Gripp

Yvone Strupeni

Introdução	243
1. A Decisão Passada em Julgado do Código Tributário.....	244
2. O Fundamento da Norma e sua Razão de Existir.....	245
3. A Leitura da Doutrina sobre o Dispositivo e o que Pensamos sobre Ela.....	248

4. A Prescindibilidade do Comando	254
5. A Sentença Arbitral como Instrumento de Extinção do Crédito Tributário	255
Considerações Finais.....	257
Referências	258

XII. O Instituto da Dação em Pagamento em Bens Imóveis, na Forma e Condições Estabelecidas em Lei, 259

Luiza Nagib

Eliza Remédio Alecrim

Introdução	259
1. Relação Tributária, Tributo e Crédito Tributário	259
2. Das Modalidades de Extinção do Crédito Tributário	262
3. Natureza Jurídica da Dação em Pagamento.....	263
4. Condições para a Dação em Pagamento em Bens Imóveis.....	265
5. A Dação em Pagamento e as Obrigações Acessórias	270
6. Aplicação da Temática	271
Considerações Finais.....	274
Referências	276
Referências Eletrônicas.....	276

XIII. A Necessidade de Regulamentação do Parágrafo Único do Artigo 156 do Código Tributário Nacional, 279

Fernando Brandão Whitaker

Vivian Ribeiro Westphalen

Introdução	279
1. Lançamento por Homologação e o Parágrafo Único do Artigo 156 do CTN	280
2. Erro de Fato e a Confissão Irrevogável/Irretratável do Crédito Tributário pelo Contribuinte.....	284
Considerações Finais.....	288
Referências	290